



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## AVISO

### **PREGÃO ELETRÔNICO nº 350/2022 - SMU** **Processo Eletrônico nº 21.121/2022**

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a **prestação de serviço especializado de implantação de sinalização vertical (placas regulamentação, advertência, serviço e informação), incluindo materiais**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 15.610/2022 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 9h00 do dia 28/02/2023, às 14h50 do dia 09/03/2023;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 15h do dia 09/03/2023**, no endereço eletrônico **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico **[https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao\\_eletronico/2023/index.php](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/2023/index.php)**. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## EDITAL

### **PREGÃO ELETRÔNICO nº 350/2022 - SMU** **Processo Eletrônico nº 21.121/2022**

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo modo de disputa aberto, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 14.168,2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 15.610/2022 e demais legislações aplicáveis.

## **I – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando **a prestação de serviço especializado de implantação de sinalização vertical (placas regulamentação, advertência, serviço e informação), incluindo materiais**, conforme condições descritas nos Anexos que integram este Edital.

**1.2.** As especificações não transcritas integram o **Anexo I - Termo de Referência** - deste Edital conforme sumário abaixo e vinculam a contratada:

**a)** Especificações Técnicas – **item 6** do Anexo I - Termo de Referência

- 6.1. Objetivo
- 6.2. Definições
- 6.3. Diretrizes Gerais
- 6.4. Serviços de Sinalização Vertical
- 6.5. Segurança
- 6.7. Projetos de Sinalização (OSs)
- 6.8. Cronogramas Físicos.

## **II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1.** As despesas com os serviços em questão correrão à conta da dotação orçamentária: **141100 - 26782001421970000 - 339039 - 0157000000**, mediante a devida previsão financeira.

## **III - DO CREDENCIAMENTO**

**3.1.** O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

**3.1.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.1.2.** O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



3.2. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

#### IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. É vedada a participação de interessados:

4.1.1. que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.2. que se encontrem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

4.1.3. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.6. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.7. que estejam reunidas em consórcio;

**Nota Explicativa:** O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

#### V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total;

6.1.2. Marca, quando for o caso;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.4. E-mail para fins de comunicação com o proponente.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

6.2.4. **Os preços unitários ofertados pelos proponentes NÃO PODERÃO SER SUPERIORES aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.**

## VII – DA HABILITAÇÃO

7.1. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

7.2. **Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:**

7.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**7.2.3.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**7.2.4.** Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo VI**:

**7.2.4.1.** Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

**7.2.4.2.** Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

**7.2.4.3.** Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

**7.2.4.4.** Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

**7.2.4.5.** E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

**7.2.5.** Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo V**.

**7.2.6.** Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo IV**.

**7.2.7.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

**7.2.8.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

**7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**7.3.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**7.3.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

**7.3.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

**7.3.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

**7.3.4.1.** Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**7.3.4.2.** Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

**7.3.4.2.1.** Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

**7.3.5.** Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**7.3.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

**7.3.7.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**7.3.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**7.3.7.2.** A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

**7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**7.4.1.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

**7.4.1.1.** Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

**7.4.1.2.** As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

**7.4.1.3.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis que apresentem valores do último exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou; e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

**7.4.1.4.** Os documentos relativos ao subitem 7.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

**7.4.2.** A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo exigível a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC ..... maior ou igual a 1(um)

ILG ..... maior ou igual a 1(um).

**7.4.2.1.** O item 7.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

**7.4.2.2.** As empresas que apresentarem resultado menor do que 1 (um) em qualquer um dos índices referidos acima, deverão comprovar que possuem patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da contratação, previsto no parágrafo 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, através do Balanço Patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, e/ou através da última alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial, ou em órgão regulador, em data anterior à licitação.

**7.4.3.** Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

**7.4.3.1.** Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**7.4.3.2.** Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

**7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:**

**7.5.1.** Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

“Art. 30.

I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente; ”

**7.5.2.** Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados para a realização do objeto da licitação devendo ser indicado apenas o equipamento mínimo a seguir relacionado:

**a.1.** 01 (um) caminhão, conforme subitem **6.4.3** do Termo de Referência.

**a.2.** 01 (uma) caminhonete, para fiscalização, conforme subitem **6.10** do Termo de Referência.

**7.5.3.** Comprovação através de atestado de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, assinado por órgão ou entidade contratante e devidamente autenticado, relativos aos serviços descritos no objeto do Termo de Referência. Deverão constar no atestado ou soma dos atestados, o atendimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos itens abaixo:

**7.5.3.1.** Implantação de placas (subitem I-2.1 do item **4.1** do Termo de Referência) exclusivamente de sinalização viária (regulamentação, advertência, serviço, informação e ou indicativa), com seus devidos suportes dentro das regras definidas pelo Contran (de acordo com os manuais de sinalização do CONTRAN).

**7.5.4. Capacidade Técnico-Profissional:** Demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir em seu quadro permanente, até a data prevista para entrega da proposta, Engenheiro(s) civil ou Arquitetos, detentor(es) de Certidões ou Atestado de Responsabilidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhada de Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA ou CAU, por execução de obras de características semelhantes às do objeto do Edital, devendo juntar a comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(s), mediante contrato de prestação de serviços ou outro instrumento contratual que demonstrem a identificação profissional. Quando se tratar de sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma.

“Art. 30

II -comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I -capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por





**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;”

**7.5.4.1.** A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

**7.5.4.1.1.** Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

**7.5.4.1.2.** Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

**7.5.4.1.3.** Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

**7.5.4.1.4.** Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional

**7.5.5.** No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.

**7.5.6.** Declaração da proponente, que afirme assumir quaisquer responsabilidades quanto ao layout, características e ou peculiaridades típicas do município que possam interferir na operacionalização das atividades.

**7.5.7.** Caso julguem necessário, as empresas interessadas **poderão** agendar a Visita Técnica, por meio do telefone de contato (32) 3690-7258 / (32) 3690-7568 que será realizada de 09:00 às 12:00 ou de 14:00 às 18:00, com até **1 (um) dia útil** antes da data de abertura das propostas.

**7.6.** Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

**7.7.** A documentação, na fase pertinente, será examinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

**7.8.** A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

**7.9.** Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

**7.9.1.** se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

**7.9.2.** se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;



7.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

7.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do licitante.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR VALOR GLOBAL** de acordo com o especificado no **Anexo I**.

*8.5.1.1. Ao final dos lances, caso haja redução de preço, o percentual apurado entre o valor final e o valor inicial, deverá ser igualmente deduzido dos valores unitários, ou seja, de cada item.*

*8.5.1.2. Após aplicação do percentual de desconto, conforme item anterior, o valor total apurado poderá sofrer arredondamento, que será sempre realizado para o valor menor imediato.*

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**8.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**8.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**8.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.19.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.20.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.21.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.22.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.23.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

**8.23.1.** no país;

**8.23.2.** por empresas brasileiras;

**8.23.3.** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**8.23.4.** por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**8.24.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**8.25.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.25.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.25.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.25.3.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.26.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.

**9.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**9.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**9.3.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.4.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**9.5.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

## **X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**10.1.1.** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**10.1.2.** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.1.3.** A proposta de preços final deverá seguir o modelo padrão conforme **Anexo VII** e deverá ser enviada junto à documentação de habilitação.

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

**10.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## XI – DO RECURSO

**11.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.

**11.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**11.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**11.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**11.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## **XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **XIII - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO**

**13.1.** Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

**13.1.1.** A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame.

**13.2.** Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário o contrato, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente junto a Unidade Gestora demandante do contrato para assinatura.

**13.2.1.** A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do contrato encaminhado para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

**13.3.** A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **XIV - DO CONTRATO, PRAZO E GARANTIA**

**14.1.** O contrato formalizado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**14.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**14.3.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.





**14.4.** O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do mesmo.

**14.5. Do reajuste do contrato:**

**14.5.1.** O reajuste de preços deverá ser solicitado pela CONTRATADA, anualmente, com 30 dias de antecedência, sendo baseado nos preços unitários contratados de acordo com o *Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE - “Decreto nº 8.542, de 09 de maio de 2005 Regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e dá outras providências”*.

**14.5.1.1.** O valor do contrato poderá ser corrigido mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005, ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada. Os montantes dos pagamentos serão reajustados, anualmente, na forma da lei, com a aplicação da fórmula de reajuste.

**14.5.1.2.** A fórmula a ser adotada para o reajuste dos valores ajustados neste termo encontra-se estabelecida no Decreto Municipal nº 8.542/2005, onde:  $R = V * [(I/I_0) - 1]$ , em que:

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I<sub>0</sub>= Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para a entrega da proposta de licitação;

I= Índice relativo à data do reajuste.

**14.5.2.** O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

**14.5.3.** As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

**14.6. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

**14.6.1.** A contratada, para fins de garantia de suas obrigações contratuais, no que tange aos serviços constantes do Edital, se obriga a apresentar, até a data definida para assinatura da Ordem de Execução do Serviço, garantia de execução no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.

Esta garantia deverá vigorar até a aceitação definitiva do serviço, observadas as disposições do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/93. Quando o Contrato for alterado, ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.

**14.6.2.** Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

**14.6.3.** O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

**14.6.4.** Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**14.6.4.1.** Se a opção recair por Fiança Bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

**14.6.5.** A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída em conformidade com a Lei nº 8.666/93, em seu art. 56, §4º.

**14.6.6.** Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou se for necessário:

- a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas;
- b) Utilizada pelo Município para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros, etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

**14.6.7.** A Contratada perderá a “caução de garantia do contrato” em favor do Município de Juiz de Fora, se por culpa da mesma for promovida rescisão contratual.

**14.7. A contratação poderá ser rescindida:**

I. Por ato unilateral e escrito da SMU, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**14.7.1.** Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**14.7.2.** Ocorrendo a rescisão da contratação e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, a SMU responderá pelo valor devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela CONTRATADA, ou dos produtos entregues, até a data da rescisão.

**XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**15.1.** O órgão CONTRATANTE deverá indicar um técnico responsável pela fiscalização de todas as atividades, que também será responsável pela vistoriados materiais e produtos utilizados, bem como maquinários e equipes de serviço, além de todas as exigências técnicas e básicas previstas neste termo.

**15.2.** O funcionário a ser indicado para fiscalização deverá obrigatoriamente, possuir cargo efetivo, conforme **Instrução Normativa nº 54, de 15 de julho de 2021 - MANUAL DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DEPARTAMENTO DE NORMAS TÉCNICAS (2019), alterada pela Instrução Normativa nº 60 - Anexo I** do Termo de Referência, bem como conhecimento adequado devidamente habilitado para a função.

**15.3. Controle do serviço**

A fiscalização tem o dever de informar imediatamente quaisquer irregularidades, ações indevidas por parte das equipes ou imprevistos do serviço, ao responsável competente pela contratação.

A fiscalização tem autoridade para interromper as atividades, por período indefinido, no caso de irregularidades por parte da equipe previstos neste termo e/ou por quaisquer imprevistos que possam comprometer as atividades ou colocar em risco qualquer funcionário, condutor ou pedestre.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

A fiscalização deverá verificar todas as medições diárias realizadas pela CONTRATADA, repassando-as ao responsável competente para cadastro.

O responsável competente poderá a qualquer momento solicitar a conferência de cada e/ou todos os boletins emitidos pela CONTRATADA.

Os boletins diários de serviço deverão ser entregues até 24 horas após a execução dos serviços realizados.

O encarregado deverá autenticar todos os boletins diários de serviço. Caso contrário, deverá justificar sua desconformidade, detalhando as razões que a ele assistem, num prazo de 15 (quinze) dias hábeis administrativos. Após período suas observações ficarão sem efeito, perdendo todo direito a reclamações posteriores.

**a) Boletim de serviço**

O encarregado da equipe deverá, após a conclusão das atividades de cada empenho, emitir um boletim serviço (**Anexo III(TR)**) referente ao trabalho executado e repassá-los via E-MAIL.

Quaisquer irregularidades, problemas, restrições ou situações adversas, deverão ser mencionadas nos boletins diários, pelo encarregado e/ou pela fiscalização a fim de serem cadastrados.

Os boletins de serviço deverão possuir parâmetros conforme **Anexo III(TR)**, referentes aos serviços de sinalização vertical.

**b) Relatório trimestral (OBRIGATÓRIO) - Anexo IV(TR)**

O representante (FISCAL) do contrato deverá apresentar trimestralmente e anexar de forma obrigatória o Relatório Trimestral de Gestão e Demonstrativo Financeiro, devidamente preenchido e assinado pelo fiscal e pelo Gestor legal do contrato.

O relatório deverá conter todas as informações solicitadas no formulário.

O relatório deverá ser apresentado após 03 (três) meses depois da expedição da Ordem de Início das atividades, de forma seqüencial a cada 03 (três) meses (total de 4 relatórios durante a vigência normal do contrato - 12 meses).

No caso de prorrogação de tempo, deverá ser elaborado, apresentado e anexado ao processo um único relatório extra, referente ao período de prorrogação.

Os relatórios deverão possuir um prazo máximo de 15 dias após o vencimento da data de apresentação, sendo devidamente justificado o motivo do atraso.

**XVI – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ENTREGA**

**16.1.** Quanto ao material utilizado e os serviços executados pela CONTRATADA, deverão, dentre outros critérios ser averiguado, o seguinte:

**16.1.1.** A fiel observância das especificações constantes do Contrato, Edital e Termo de Referência.

**16.2.** Constatados quaisquer problemas nos materiais utilizados e/ou nos serviços executados, estes, serão rejeitados.

**16.2.1.** Constatadas deformidades com os parâmetros adotados no Termo de Referência, a SMU, poderá suspender as atividades da empresa, por período indefinido, até que a CONTRATADA, regularize todas as irregularidades apontadas.



**16.2.2.** Não serão pagos os serviços que estiverem em desacordo com o contrato, edital ou Termo de Referência.

**16.3.** O serviço contratado deverá ser iniciado após Ordem de Serviço devidamente autorizada pelo Setor Técnico da SMU.

**16.4.** O responsável competente para autorizar, conferir e fiscalizar o serviço contratado será o Subsecretário Operacional de Transporte e Trânsito da SMU, salvo quando se tratar de materiais e/ou equipamentos solicitado por outras supervisões, observado os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

**16.5.** É imprescindível que todos os materiais necessários para execução do serviço acompanhem “Certificados de Análise do Produto”, assinados por responsáveis da área química, e ainda, apresentem selos de qualidade na embalagem para a garantia do produto.

**16.6.** A exclusivo critério do órgão CONTRATANTE, a cada entrega, poderá ser solicitado ensaio em laboratório indicado pela CONTRATANTE, com despesas e custos a serem pagos pela CONTRATADA, em laboratório devidamente homologado pelo INMETRO.

**16.7.** Os materiais, veículos, equipamentos, ferramentas e pessoal utilizados para execução do serviço, poderão ser inspecionados em qualquer fase e/ou momento durante a operação, sendo rejeitados ou impedidos aqueles que não estiverem de acordo com o exigido.

**16.8.** Devem ser rejeitados os materiais que não atenderem ao especificado no Termo de Referência.

**16.9.** A SMU reserva-se o direito de não aceitar a utilização de materiais em desacordo com o previsto no Termo de Referência.

#### **16.10. Laudo Técnico (Película Retrorefletiva)**

**16.10.1.** No que tange o item referente ao sinal impresso digital, a CONTRATADA deverá apresentar Laudo técnico (película) conclusivo de acordo com os padrões estabelecidos da Norma ABNT NBR 14.644/2013 para as películas retrorrefletivas em que gozam confeccionados os sinais impressos, este laudo deverá estar devidamente atualizado dentro do prazo máximo de 180 dias e deverá ter sido emitido por entidade idônea acreditada pelo INMETRO, devendo ter a indicação da marca e da quantidade dos materiais analisados.

### **XVII - DAS OBRIGAÇÕES**

#### **17.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**17.1.1.** Prestar/fornecer de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado, os serviços/materiais objeto do contrato, segundo as necessidades e requisições da Unidade Requisitante.

**17.1.1.1.** Fornecer, sob sua inteira responsabilidade, toda a mão de obra e materiais necessários a fiel e perfeita execução do objeto contratado, utilizando na execução dos serviços somente profissionais qualificados, treinados e capacitados.

**17.1.1.2.** Trabalhar com matéria prima e acabamento de alta qualidade para que seja possível em determinadas situações, produzir materiais com maior sofisticação.

**17.1.2.** Prestar o serviço/ fornecer o material especificado de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas.

**17.1.3.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços/materiais, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

**17.1.4.** Substituir, de imediato, às suas expensas, os serviços/materiais que não se adequarem às especificações exigidas.

**17.1.5.** Prestar o serviço/fornecer o material no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**17.1.6.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado ou material fornecido, reservando a Unidade Requisitante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**17.1.7.** Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**17.1.8.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da prestação do serviço ou fornecimento dos materiais, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**17.1.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais/serviços nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados ou que não se adequarem às especificações.

**17.1.10.** Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir o Município de quaisquer ônus e responsabilidades.

**17.1.11.** Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços objeto da contratação pela Unidade Requisitante, durante e sua execução.

**17.1.12.** Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos.

**17.1.13.** Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar ao Município ou a terceiros, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do Município, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da contratada;
- b) medida judicial apropriada, a critério da Unidade Requisitante.

**17.1.14.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado.

**17.1.15.** A CONTRATADA deverá disponibilizar, para fiscalização, um veículo tipo caminhonete, potência mínima 1.600 cilindradas, cabine dupla, até 1 (uma) tonelada, ano/modelo 2021 (mínimo), com seguro total, sem motorista e com todos os custos de abastecimento, troca de óleo e manutenções periódicas preventivas.

**17.1.16.** O consumo de combustível deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA, com limite mensal de 200 litros. O veículo deverá atender média de consumo mínima de 7km/l.

**17.1.17.** A CONTRATADA deverá indicar o posto de abastecimento, onde o veículo deverá ser abastecido, ficando a cargo da CONTRATADA, a quitação dos débitos.



## **17.2. DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE REQUISITANTE:**

**17.2.1.** Requisitar, por meio do setor designado, a prestação dos serviços ou o fornecimento de materiais, conforme as necessidades da Unidade Requisitante, por meio da respectiva requisição com autorização do gestor da SMU e servidor designado para a fiscalização da execução, que atestará a prestação ou fornecimento gradual do serviço/material.

**17.2.2.** Conferir o serviço prestado e o material fornecido, embora a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto nas condições especificadas.

**17.2.2.1.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados/materiais entregues em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor.

**17.2.3.** Proporcionar condições à contratada para que possa prestar o serviço ou fornecer o material dentro das normas estabelecidas.

**17.2.4.** Comunicar à contratada qualquer irregularidade no serviço prestado ou material fornecido e interrompê-lo imediatamente, se for o caso.

**17.2.5.** Solicitar a correção do serviço executado ou troca do material entregue que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo responsável da fiscalização.

**17.2.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

**17.2.7.** Impedir que terceiros executem o objeto contratado.

**17.2.8.** Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências edilícias.

**17.2.9.** Efetuar o pagamento a contratada nas condições e preços pactuados, por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

**17.2.10.** Assegurar livre acesso ao pessoal da contratada, devidamente identificado, ao local de entrega dos objetos/serviços, dentro do horário de expediente normal, a ser determinado para o recebimento.

**17.2.11.** Habilitar junto à Contratada, servidores autorizados a emitir requisições de fornecimento ou ordens de serviço, fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela contratada.

## **XVIII – DAS PENALIDADES, NOTIFICAÇÕES, ADVERTÊNCIAS E MULTAS**

**18.1.** Os casos de inexecução do objeto deste **edital**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**18.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**18.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

**18.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**18.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **18.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

**18.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **18.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**18.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**18.6.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**18.7.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

**18.8.** A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## **18.9. DAS NOTIFICAÇÕES, ADVERTÊNCIAS E MULTAS:**

**18.9.1.** Notificação:

a) A CONTRATADA deverá ser notificada, sempre que o FISCAL verificar irregularidades em quaisquer situações referentes a materiais, pessoal, equipamentos, veículos e/ou, procedimentos técnicos, descritos no Termo de Referência, bem como quaisquer ações incompatíveis com a boa conduta por parte da empresa. A CONTRATADA também poderá ser notificada em casos de desrespeito ou desacatamento de ordens diretas do responsável pela fiscalização da CONTRATANTE. As medidas a serem adotadas deverão estar

b) O documento de notificação deverá conter:

- Nº da notificação;
- Data da ocorrência;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- Nome do responsável pela ocorrência (CONTRATADA);
- Descrição da ocorrência;
- Citação do item no Termo de Referência, base da ocorrência;
- Prazo de adequação da irregularidade;
- Anexo fotográfico (opcional);
- Assinatura do fiscal responsável;

c) As notificações deverão obrigatoriamente ser formalizadas pelo FISCAL (assinatura) em documento tipo **Ofício** e entregue à CONTRATADA, com cópia anexada ao processo, com recebimento devidamente assinado pelo representante da empresa.

#### 18.9.2. Advertência:

a) As advertências deverão ser emitidas após o *descumprimento da Notificação*, que será utilizada como base da advertência. Também deverão obrigatoriamente ser formalizadas pelo Fiscal (assinatura) e confirmada pelo Gestor (assinatura), em documento tipo **Ofício** e entregue à CONTRATADA, com cópia anexada ao processo, com recebimento devidamente assinado pelo representante da empresa.

b) O documento de advertência deverá conter:

- Referência ao documento de notificação (base para justificativa de advertência);
- Anexo do documento de notificação (base para justificativa de advertência);
- Assinatura do Fiscal responsável;
- Assinatura do Gestor responsável;

#### 18.9.3. Multa

a) Após o descumprimento de qualquer **advertência**, a CONTRATANTE poderá solicitar ao jurídico, através de documento tipo memorando, o pedido de penalidade administrativa, das quais destacam as elencadas no **item 18.1**.

### XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

**19.1.** O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

**19.2.** Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

**19.3.** O pagamento será em até 30 (trinta) dias e efetuado pela Unidade Requisitante, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

**BANCO:** ..... **AGÊNCIA:** ..... **CONTA CORRENTE:** ..... **LOCALIDADE:** .....

**19.4.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

**19.4.1.** No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.4**, ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital e contrato, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.





**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**19.4.2.** A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

**19.4.3.** Quando ocorrer a situação prevista no item **19.4.2**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

**19.4.4.** Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

**19.5.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

**19.5.1.** Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

**19.6.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**19.7.** O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**19.8.** No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

**19.9.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

#### **19.10. Das Retenções**

##### **19.10.1. Previdenciárias:**

**19.10.1.** A Secretaria efetuará as retenções previdenciárias tendo como base o disposto no “Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas”.

**19.10.2.** Quando se tratar de contribuinte individual deverão ser seguidas as disposições do “Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Contribuintes Individuais”.

**19.10.3.** Se tratando de serviços prestados por cooperados se observará o disposto no “Manual de Contribuição e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Cooperados por Intermédio de Cooperativas de Trabalho”.

##### **19.10.2. DE IRRF**

A incidência da retenção de IRRF será feita em conformidade com o disposto no “Manual de Orientação Sobre Retenção do Imposto de Renda na Fonte.

##### **19.10.3. DE ISSQN**

O ISSQN, se devido, será recolhido na forma de Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354 de 17/12/2002 e da Lei nº 10.630 de 30/12/2003, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da Contratada.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## **XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

**20.1.1.** não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**20.1.2.** não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

**20.1.3.** apresentar documentação falsa;

**20.1.4.** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**20.1.5.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**20.1.6.** não mantiver a proposta;

**20.1.7.** cometer fraude fiscal;

**20.1.8.** comportar-se de modo inidôneo;

**20.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**20.3.** O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**20.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**20.3.2.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**20.3.3.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

**20.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**20.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**20.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**20.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

**21.1.** Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil**



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

**21.1.1.** A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

**21.1.2.** Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

## **XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

**22.2.** A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM** e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

**22.3.** Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

**22.4.** O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

**22.5.** Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**22.6.** Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

**22.7.** É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

**22.7.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**22.7.2.** Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

**22.7.3.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**22.8.** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**22.9.** O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

**22.10.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**22.11.** No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

**22.12.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**22.13.** Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

**22.14.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.15.** Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF//SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

**22.16.** O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

**22.17.** Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado;

Anexo I (TR): Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos/Controladoria Geral do Município. *(em arquivo anexo)*

Anexo II (TR): Placas de Regulamentação, Advertência, Serviço ou Informação *(em arquivo anexo)*

Anexo III (TR): Relatório de Medição *(em arquivo anexo)*

Anexo IV (TR): Relatório Trimestral de Gestão e Demonstrativo Financeiro *(em arquivo anexo)*

Anexo II – Minuta de Contrato.

Anexo III - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo IV - Modelo de Declaração de Habilidade e Pleno Conhecimento.

Anexo V - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de fato impeditivo.

Anexo VII - Modelo de apresentação de proposta.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 350/2022 - SMU**  
**Processo Eletrônico nº 21.121/2022**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO**

**1. REQUISITANTE:**

1.1. SMU - Secretaria de Mobilidade Urbana.

**2. OBJETO:**

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de sociedade empresária para a **prestação de serviço especializado de implantação de sinalização vertical (placas regulamentação, advertência, serviço e informação), incluindo materiais**, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas no Termo de Referência (TR).

2.2. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do mesmo, observadas as normas gerais desta Licitação, bem como as estabelecidas na respectiva "Minuta do Contrato", a qual faz parte integrante deste Edital.

2.3. Deverá ser montado Procedimento Licitatório na modalidade de pregão eletrônico, com base na Lei nº 10.520/2002, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, com a finalidade de selecionar propostas mais vantajosas, para a prestação de serviço de engenharia comum.

2.4. Os preços unitários estimados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários estimados para PJJ.

**3. JUSTIFICATIVA:**

3.1. A contratação visa atender a demanda de sinalização em geral que incluem serviços classificados pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), como forma de garantir a execução dos projetos de sinalização desenvolvidos pelo setor técnico da SMU.

3.2. A contratação justifica-se devido à importância de se viabilizar o cumprimento de serviços básicos de movimentação, orientação e restrição de veículos e pedestres conforme normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

3.3. A previsão dos quantitativos dos serviços descritos baseia-se em estimativas coletadas ao longo dos últimos 3 (três) anos e em relatórios de medições cadastrados em nosso sistema de controle operacional.

3.4. Os serviços deverão ser contratados **de uma mesma empresa**, a fim de possibilitar compatibilidade de insumos, bem como operacionalidade, manutenção e fiscalização dos trabalhos desempenhados.

**4. AVALIAÇÃO DO CUSTO:**

**4.1. Especificações e valores estimados:**

**I - Sinalização vertical**

Item	Quant	Especificações	Unid.	V Unit.	Vr Total
I-1.1	1.200	Fornecimento e implantação de <b>POSTE PRÓPRIO 2" (PP)</b> até 4,00m, inclui acabamento do piso de acordo com o local, com tampão plástico, conforme	UN	540,27	R\$ 648.324,00



## 5 - SUMÁRIO:



## 6.10 - OBRIGAÇÕES

## 6.11 - NOTIFICAÇÕES, ADVERTÊNCIAS E MULTAS

### 6.11.1 - Notificação

### 6.11.2 - Advertência

### 6.11.3 - Multa

## 6.12 - Garantia de execução.

## Quadros, tabelas e gráficos

Quadro I - Tipos de parafusos e dimensões

Quadro II - Sinalização vertical

Tabela - Características das chapas

Tabela I - Coeficiente inicial de retrorreflexão das películas Tipo I (cd/lx/m<sup>2</sup>)

Tabela II - Coeficiente inicial de retrorreflexão das películas Tipo III (cd/lx/m<sup>2</sup>).

## 6 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:

### 6.1- OBJETIVO

Este documento tem por objetivo estabelecer as características, diretrizes e condições mínimas exigidas para a prestação de serviço de implantação de sinalização vertical, com emprego de materiais, equipamentos e procedimentos especificados pela CONTRATANTE nas vias do município de Juiz de Fora/MG, dentro do prazo máximo de 12 meses a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.

### 6.2 - DEFINIÇÕES

Entende-se que todas as definições de sinalização estejam de acordo com os Volumes I e II - Manuais Brasileiros de Sinalização Vertical de Regulamentação e Vertical de Advertência, respectivamente, tendo assim a finalidade de orientar aos usuários do sistema viário quanto as condições de utilização adequada da via, compreendendo as proibições, restrições e informações que lhes permitam adotar comportamento adequado, de forma a aumentar a segurança e ordenar os fluxos de tráfego.

### 6.3 - DIRETRIZES GERAIS

6.3.1 - Os serviços serão executados de acordo com as Ordens de Serviço (OSs) emitidas pela CONTRATANTE, de forma regular, permitindo à CONTRATADA forma de se programar, a fim de alcançar as metas deste termo, conforme os procedimentos abaixo:

a) A CONTRATANTE, deverá elaborar e repassar a CONTRATADA, pacotes mensais de projetos (OSs), a fim de que a empresa possa confeccionar e adquirir todos os dispositivos, placas, suportes e outros materiais necessários à execução das mesmas em tempo hábil;

b) Após a entrega dos pacotes de projetos, a CONTRATANTE, deverá elaborar programações semanais que serão entregues a CONTRATADA, para que esta siga **obrigatoriamente** as O.S.'s programadas diariamente.

**Nota <sup>(1)</sup>:** Esta medida tem como principal objetivo a previsão das solicitações que deverão ser atendidas de forma que possibilite a resposta ao cidadão quanto aos requerimentos expedidos junto ao órgão.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

c) A CONTRATADA, terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para iniciar a implantação das O.S.'s, conforme programação semanal, repassada pela CONTRATANTE, podendo adiar de acordo com as condições climáticas.

6.3.2 - Cabe a CONTRATADA, garantir o fornecimento contínuo de material, possuir ferramentário, maquinário e todos os componentes necessários a execução das ordens de serviço de forma correta e com qualidade.

6.3.3 - No caso da liberação de quaisquer das equipes por tempo determinado (descanso/folga), a CONTRATADA deverá durante este período, substituir a equipe liberada de modo a viabilizar a continuidade das atividades, assegurando o cumprimento do cronograma, bem como do prazo do contrato.

6.3.4 - Todos os serviços de execução de sinalização, somente deverão ser iniciados após a instalação de sinalização de segurança, de fornecimento da CONTRATADA, (cones, cavaletes, dispositivos refletivos), conforme as especificações definidas neste termo.

6.3.5 - No caso de qualquer anormalidade observada pela CONTRATADA com relação a geometria do local, qualidade do piso ou outros fatores que impliquem na execução de sinalização incompatível com a existente ou com a solicitada, esta deverá comunicar imediatamente a fiscalização para as providências necessárias.

6.3.6 - Sempre que um serviço não possa ser cumprido integralmente dentro do prazo programado, por ocorrência de imprevistos (chuvas, obras no local, etc.), a CONTRATADA deverá comunicar o fato imediatamente à fiscalização e retornar ao local tantas vezes quanto necessário para sua conclusão.

6.3.7 - Todas as ações dos membros das equipes da CONTRATADA refletirão sobre a empresa, que possui responsabilidade integral do pessoal e dos serviços desempenhados pela mesma, bem como as exigências das normas segurança do trabalho, podendo a CONTRATANTE notificar a empresa no caso de descumprimento.

6.3.8 - O **Fiscal do contrato** deverá acompanhar e regular serviços, medições, equipamentos, materiais utilizados, bem como outras exigências previstas neste termo. O servidor público, também deverá ser devidamente habilitado e qualificado, conforme **Instrução Normativa nº 54, de 15 de julho de 2021 - MANUAL DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DEPARTAMENTO DE NORMAS TÉCNICAS (2019), alterada pela Instrução Normativa nº 60 - ANEXO I**, para o acompanhamento das atividades operacionais das equipes.

6.3.9 - O **Gestor do contrato** deverá gerir e administrar todas as informações obtidas pela fiscalização, e documentações do processo, bem como outras exigências previstas neste termo. O servidor público, também deverá ser devidamente habilitado e qualificado, **Instrução Normativa nº 54, de 15 de julho de 2021 - MANUAL DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DEPARTAMENTO DE NORMAS TÉCNICAS (2019), alterada pela Instrução Normativa nº 60 - ANEXO I**, para o acompanhamento das atividades operacionais das equipes.

6.3.10 - A CONTRATADA deverá manter na cidade, durante toda a vigência do contrato, um representante legal (devidamente nomeado pela empresa) responsável por todo controle e gestão de todas as diretrizes formalizadas no Termo de Referência.

6.3.11 - A CONTRATADA deverá seguir todas as orientações, diretrizes, metodologias e normas especificadas ou mencionadas no Termo de Referência, sendo esta advertida, notificada e multada no caso de descumprimento de quaisquer itens.

6.3.12 - As equipes responsáveis pelo serviço (objeto) poderão, sob orientação e autorização da CONTRATANTE, executar as atividades em turnos diurno e/ou noturno, desde que as normas trabalhistas e carga horária prevista no Ministério do Trabalho, sejam respeitadas.



## I - Turnos de trabalho

Os serviços poderão ser executados em turnos diurnos, respeitando as normas trabalhistas e carga horária prevista no Ministério do Trabalho, orientadas abaixo:

- Turno diurno: entre 5:00h e 22:00h;
- No máximo 8 horas por dia ou 44 horas semanais;
- Possibilidade de 2 horas extras diariamente;
- Em serviço contínuo, com duração acima de 6 horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 hora.

## 6.4 - SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL

Implantação com fornecimento e remoção de postes e placas (regulamentação, advertência, serviço e informação), incluindo serviços de sinalização de alerta e recomposição do piso danificado. A sinalização vertical a ser implantada deverá seguir os padrões deste termo e/ou normas do **CONTRAN** (Manuais de Sinalização I e II) e/ou conforme orientação da CONTRATANTE.

### 6.4.1 - Implantação e/ou remoção de placas e postes próprios:

A implantação e/ou remoção de placas de regulamentação, advertência, serviço e informação, deverão ser executadas sob orientação de ordens de serviço (projetos) repassados para a CONTRATADA regularmente.

O posicionamento de cada poste, bem como a fixação de cada placa deverá seguir as instruções do projeto bem como dos manuais de sinalização do CONTRAN, salvo em casos onde houver impossibilidade de execução. Nesse caso, o responsável pela equipe operacional deverá procurar orientação da fiscalização da CONTRATANTE, que ficará responsável por definir novos parâmetros.

Caberá à equipe a identificação do local, via GPS, averiguação das condições locais, marcação do posicionamento de cada sinalização, bem como providenciar a sinalização de alerta a pedestres e condutores quando necessário.

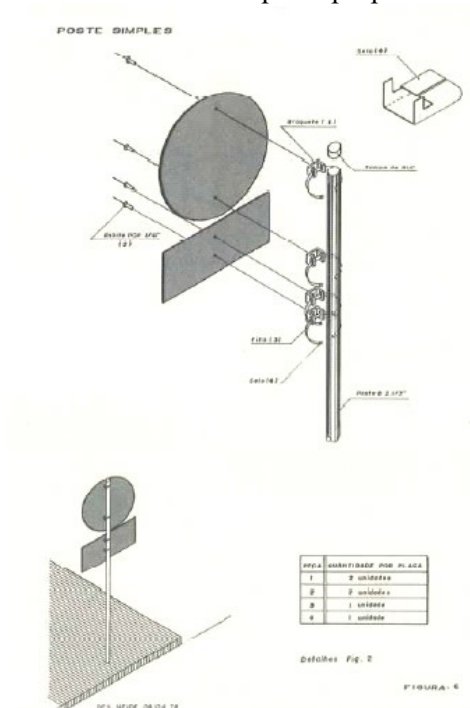
A implantação da sinalização deverá garantir a recomposição do piso, bem como acabamentos complementares dos locais onde cada poste ou coluna for implantado, removido e/ou relocado.

I - Em poste próprio (PP): a fixação de placas de regulamentação, advertência, serviço e informação em postes próprios deverão ser feita por meio de fita lisa de aço galvanizado, braquete de aço galvanizado e parafusos.



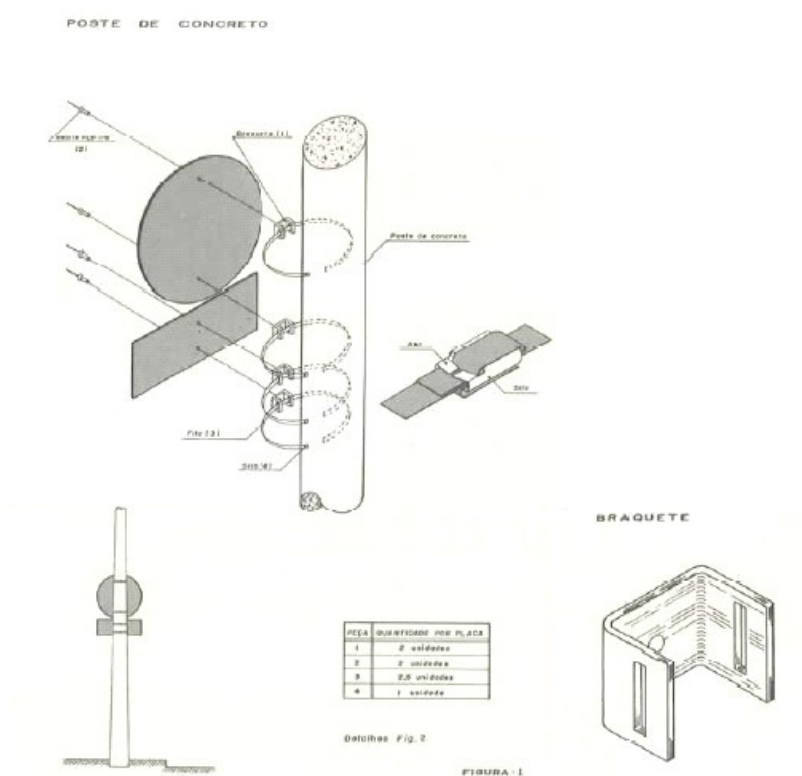
PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

### Desenho I - Em poste próprio



II - Em poste de concreto ou iluminação (PI): a fixação de placas de regulamentação, advertência, serviço e informação em postes de concreto da Cemig (PI) deverá ser feita por meio de fita lisa de aço galvanizado, braquete de aço galvanizado e parafusos.

### Desenho II - Em poste de iluminação



#### 6.4.2 - Materiais a serem utilizados

##### 6.4.2.1 - Poste Próprio (PP):

Tubo de aço carbono, com comprimentos até 4,00m, galvanizado pelo processo de imersão a quente em zinco fundido, conforme norma NBR5590, SCH40, diâmetro nominal interno de 2", espessura mínima da aceitável de 3,75mm na parede, com ou sem costura, sem rosca nas extremidades, com tampão plástico.

Os tubos **não** deverão apresentar sinais de costura por meio de solda e/ou quaisquer outros processos de união em seu corpo que permita corrosão futura. Deverão possuir base achatada (tipo chumbador) para fixação no piso por meio de concretagem.

Os tubos deverão ter acabamento fino em todo seu corpo, bem como nas extremidades, não apresentando farpas e/ou quaisquer pontos cortantes principalmente no processo de galvanização.

As extremidades do tubo não deverão possuir rosca. As extremidades superiores deverão ser tampadas com tampões plásticos, resistentes às intempéries e à impactos do meio.

##### 6.4.2.2 - Fita de fixação:

Fita lisa de aço galvanizado, largura: 20 mm, espessura mín. 0,75 mm, carga de ruptura > 150 kgf, dureza 140/160 brinell ou material similar a ser autorizado pela CONTRATANTE.

##### 6.4.2.3 - Selo:

Selo de aço galvanizado para fita de fixação, acima especificada.

##### 6.4.2.4 - Braquetes:

Braquetes em aço carbono SAE 1020, 3,00 x 4,50 x 3,00cm, com tratamento de galvanização à fogo, chapa 2,00mm, com passagem para fitas de até 3/4" de largura e furação 5/16".

##### 6.4.2.5 - Parafusos:

Parafuso galvanizado, rosca total, conforme as medidas abaixo:

**Quadro I** - Tipos de parafusos e dimensões

Tipo	Aplicação		Cabeça	Diâm.	Comprimento	Utilização
	Suporte	Placa				
P1	PP PI	Regul. Advert.	sextavada	1/4"	3/4"	placa/braquete

**Nota <sup>(2)</sup>:** Cada parafuso deverá incluir um conjunto de 02 (duas) arruelas galvanizadas e 1 (uma) porca galvanizada, auto-travante, conforme diâmetro a ser utilizado.

##### 6.4.2.6 - Placas de Regulamentação, Advertência, Serviço e Informação:

As placas serão confeccionadas em **Chapas de Alumínio Composto (ACM)**, com núcleo em polietileno com carga mineral (> 70%) resistente ao fogo (FR), conforme norma ABNT NBR 15.446/06, **na espessura mínima aceitável de 4,00mm**, em sinal impresso digital película alta intensidade prismática, segundo a Norma ABNT 14.644:2013, perfeitamente planas, isentas de manchas, bolhas de ar, trincas, furos, de



laminações, rachaduras e rasgos, bem como homogeneidade em sua espessura, planicidade nas suas faces e isentas de rebarbas ou bordas cortantes.

## I - Medidas e furação

As placas de regulamentação, advertência, serviço e informação, deverão conter CORRETAMENTE as medidas, detalhes e furações indicadas conforme o **Anexo II**(TR) deste termo.

Os furos das placas de regulamentação, advertência, serviço e informação deverão ser feitos antes das chapas receberem o acabamento de finalização.

## II - Especificações da chapa

### a) Referências Normativas:

*NBR 15446/2006, Painéis de chapas sólidas de alumínio e painéis de material composto de alumínio utilizados em fachadas e revestimentos arquitetônicos - Requisitos*

*EN 13501-1, Ensaios de inflamabilidade contra incêndios*

*DIM 4102, Comportamento do fogo nos materiais e componentes em edificações*

*ASTM E 1678, Standard Test Method for Measuring Smoke Toxicity for Use in Fire Hazard Analysis*

b) Características gerais das chapas: as chapas planas fabricadas em alumínio composto devem satisfazer os requisitos descritos abaixo:

b.1 - As chapas de ACM deverão possuir núcleo misto de polietileno com carga mineral (>70%), objetivando a prevenção contra propagação de chamas. A classificação de reação ao fogo deverá ser B, s1, d0, conforme tipologia utilizada pela Norma Europeia EN 13501-1;

b.2 - Devem atender a classificação B1 (Difícil ignição), de acordo com a norma Alemã DIN 4102;

b.3 - Deverão, no caso de chamas, possuir classificação de baixa emissão de gases tóxicos, abordada pela ASTM E 1678;

b.4 - As faces externas deverão receber pré-tratamento em primer + cromo antioxidante recoberto com duas camadas de PVDF Knar 500 (sistema de pintura Coil Coating);

b.5 - As chapas planas devem ser isentas de manchas, bolhas de ar, trincas, furos, delaminações, fibras secas, fibras expostas, rachaduras e rasgos, bem como homogeneidade em sua espessura e planicidade nas suas faces;

b.6 - Espessura: as chapas planas devem ser fornecidas com a espessura mínima aceitável de 4,00 mm.

b.7 - Cor: as chapas planas devem ser fornecidas na cor preta. Chapas de outras cores somente são fornecidas mediante acordo entre fabricante e comprador.

b.8 - Características físicas:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CARACTERÍSTICAS	UNIDADE	ESPESSURAS
Espessura do Pannel	mm	3,00mm / 4,00mm
Espessura do Alumínio	mm	0,21µ / 0,30µ e 0,50µ
Meio	Kg/m2	4,5 / 5,5
Rigidez (E.I)	KNcm2/m	1,25 a 2,4
Liga		Aimg I (EM AW-5005), H2
Módulo de Elasticidade	N/mm2	70000
Alargamento	%	≥6
Alongamento na Ruptura (DIN EM 4852)	%	A50
Resistência ao Corte	N	9095
Núcleo PE	g/cm3	0,92

b.9 - Características complementares:

- Acabamento na superfície superior em pinturas poliéster para chapas de 4,00mm (Kynar 500)
- Brilho (valor inicial) de 30 a 45%
- Fator de Absorção ao Som (Rw) em dB de 25 a 26
- Condutividade Térmica do PE em W/m2k em torno de 0,31
- Coeficiente de Transmissão de Calor (k) em W/m2k entre 5,25 e 5,34
- Temperatura de Uso em oC -50 a 80oC

III - Padrão de cores (legendas, tarjas e símbolos)

As cores deverão seguir o padrão Munsell:

- Branco: ..... N 9,5 (tolerância N 9,0)
- Amarelo: ..... 10 YR 7,0/14
- Vermelho: ..... 7,5 R 4/14
- Preto: ..... N 1,0 (tolerância N 0,5 a 1,5)
- Azul: ..... 5 PB 2/8
- Verde: ..... 10 G 3/8

IV - Sinal Impresso Digital Película Alta Intensidade Prismática

a) Referências Normativas

ABNT-NBR 14644 - Sinalização vertical viária – Películas- Requisitos.

Norma ASTM E 810:2003 - Standart test method for coefficient of retroreflection of retroreflective sheeting utilizing the coplanar geometry.

Norma ASTM G 153:2004 - Standart pratice for operating enclosed carbon arc light apparatus for exposure of nonmetallic materials.

Norma G 155:2005 A - Standart pratice for operanting xenos arc lighth apparatus for exposure of nonmetallic materials.

b) Descrição

O sinal deverá ser impresso em película retrorrefletiva conhecida comercialmente como alta intensidade prismática Tipo III ABNT 14.644:2013, com durabilidade de 7 (sete) anos, constituída por micropismas, permitindo apresentar a mesma cor durante o dia e à noite quando observadas à luz natural e dos faróis de um veículo. Deverá atender às especificações das Tabelas I e II abaixo no que diz respeito a retrorreflexão e no sinal deverá ser aplicada película transparente para proteção contra UV conhecida comercialmente como



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Overlay. As tintas utilizadas no processo de impressão digital devem ser do mesmo fabricante da película de modo a garantir que a durabilidade do sinal impresso seja a mesma do especificado.

Tabela I - Coeficiente inicial de retrorreflexão das películas Tipo I (cd/lx/m<sup>2</sup>)

Ângulo de observação	Ângulo de entrada	Branca	Amarela	Laranja	Verde	Vermelha	Azul	Marrom
0,2	-4	70	50	25	9,0	14	4	1
0,2	+30	30	22	7	3,5	6	1,7	0,3
05	-4	30	25	13	4,5	7,5	2	0,3
0,5	+30	15	13	4	2,2	3	0,8	0,2

Tabela II - Coeficiente inicial de retrorreflexão das películas Tipo III (cd/lx/m<sup>2</sup>)

Ângulo de observação	Ângulo de entrada	Branca	Amarela	Laranja	Verde	Vermelha	Azul	Marrom	Amarela lima-limão fluorescente	Amarela fluorescente	Laranja fluorescente
0,2	-4	360	270	145	50	65	30	18	290	220	105
0,2	+30	170	135	68	25	30	14	8,5	135	100	50
0,5	-4	150	110	60	21	27	13	7,5	120	90	45
0,5	+30	72	54	28	10	13	06	3,5	55	40	22

O fabricante do sinal impresso deverá apresentar uma carta de garantia do fabricante da película e da tinta comprovando que a construção do mesmo está em acordo com a especificação.

As películas utilizadas para confecção dos sinais impressos devem ser resistentes às intempéries e possuir um adesivo protegido por filme de fácil remoção.

c) Acabamento

Todas as placas deverão ser confeccionadas (detalhes, bordas, textos e fundo) em sinal impresso digital película alta intensidade prismática, de acordo com os layouts e cores indicados no **Anexo II(TR)**.

**Nota** <sup>(3)</sup>: As faces posteriores (verso) de todas as placas deverão apresentar acabamento, fino na cor preta.

**Nota** <sup>(4)</sup>: Os espaços complementares abaixo dos símbolos deverão ser preenchidos com TEXTOS com características a serem repassadas pela CONTRATANTE, conforme empenhos.

d) Garantia

As placas em Chapas de Alumínio Composto (ACM) com sinais impressos produzidos em película refletiva Tipo III prismático, deverão manter-se aceitáveis de acordo com os padrões de qualidade fixados nas presentes especificações, durante um período mínimo de 07 (sete) anos, quanto a: conforme estabelecido na Norma ABNT 14.644:2013,

- Tonalidade de tinta ou película;
- Aderência de tinta ou película;
- Retrorrefletância da película;
- Garantia da chapa
- Trincas e fissuras na tinta, ou película;
- Outras características.

e) Identificação

Deverão constar no verso das placas, impressos por método adequado, na cor branca os seguintes dizeres: **SMU**, mês e ano de fabricação, nome do fabricante e telefone de serviço a ser informado pela CONTRATANTE.



f) Classificação

As placas podem ser classificadas em regulamentação simples ou integradas, advertência ou serviço.

- Placas Regulamentação Simples: Neste grupo estão incluídas as placas de regulamentação (circulares e octogonais), conforme detalhes do **Anexo II(TR)** (cód. R-1, R-2 e R)
- Placas Regulamentação Integradas: Neste grupo estão incluídas as placas de regulamentação (retangulares), com espaço adicional para inclusão de textos específicos que serão repassados em função da O.S.'s, conforme detalhes do **Anexo II(TR)** (cód. C-1, C-2, C-3, C-4 e C-5)
- Placas Advertência: Neste grupo estão incluídas as placas de advertência (quadradas), conforme detalhes do **Anexo II(TR)** (cód. A)
- Placas de Serviço: Neste grupo estão incluídas as placas de serviço (retangulares), conforme detalhes do **Anexo II(TR)** (cód. S-23)
- Placas de Informação: Neste grupo estão incluídas as placas de informação (retangulares), conforme detalhes indicados pela CONTRATANTE.

g) Controle de qualidade

Para garantia da qualidade, todo material a ser fornecido deverá ser submetido previamente a uma INSPEÇÃO VISUAL feita pela CONTRATANTE, cabendo a esta o direito de recusar todo material que apresente algum defeito (irregularidades na pintura da placa ou arranhado) ou com dimensões, formatos e mensagens em desacordo com o especificado.

A critério da CONTRATANTE, as placas em Chapas de Alumínio Composto (ACM), poderão ser ensaiadas em laboratório, visando à determinação das propriedades mecânicas à tração e da composição química das chapas, bem como ensaio de aderência e cor para as superfícies pintadas, pintadas, e retrorrefletividade para películas de acordo com as seguintes especificações:

6.4.3 - Veículo, equipamentos e ferramentas

I - Veículo: o veículo deverá ser tipo caminhão, tração automotora, espécie mista com carroceria e cabine adicional de pessoal, devidamente adequado às atividades relacionadas ao transporte de colunas, placas e tubos, devidamente homologado pela autoridade competente e trânsito.

Deverá ainda conter LOGOMARCA da empresa prestadora do serviço, bem como a descrição (A serviço da SMU), em local visível na cabina.

II - Equipamentos: Cada veículo deverá ser utilizado por uma equipe própria que deverá possuir equipamentos pneumáticos, elétricos ou similares como:

- Moto gerador de energia 220V = 1 un;
- Martelo rompedor com potência mínima de 1900W 220V = 1 un;

III - Ferramentas: a aparelhagem necessária para limpar e secar devidamente a superfície a ser demarcada deverá ser, no mínimo, a seguinte:

- Vassoura = 2 un;
- Jogo de chave 10/11 para fixação de placas = 3 cj;
- Serra de aço rápido, com arco = 2 un; e



- Tesoura de aviador para corte de fita de aço = 3 un.

#### 6.4.4 - Equipes

A CONTRATADA deverá manter no mínimo, durante todo o período especificado no **Item 6.1** do termo, no mínimo, **1 (uma) equipe completa**, que deverá dispor dos equipamentos e ferramentas exigidos neste termo.

Os membros da equipe deverão possuir conhecimentos básicos de sinalização a fim de garantir o cumprimento das atividades de forma adequada com ou sem a orientação operacional da fiscalização.

A equipe deverá ser comandada por um encarregado da CONTRATADA que será responsável direto pela execução do serviço, bem como por todos procedimentos descritos neste termo e nos manuais de sinalização do CONTRAN.

O encarregado deverá acatar as orientações da fiscalização da CONTRATADA, além de conferir as medições dos empenhos executados.

Será ainda de sua responsabilidade a organização, pré-sinalização do local, definição e marcação dos pontos, seguindo os critérios definidos pela fiscalização.

A fim de viabilizar a melhor execução dos trabalhos, o encarregado deverá possuir conhecimento técnico das normas de sinalização conforme Manual Brasileiro de Sinalização Vertical do CONTRAN;

Os integrantes da equipe de serviço deverão estar devidamente uniformizados e identificados por meio de crachás com a logomarca da empresa, função e nome do funcionário, permitindo a sua identificação.

Os uniformes deverão estar adequados e devidamente sinalizados para atividades noturnas por meio de faixas refletivas alaranjadas, nas pernas, mangas e tronco, de acordo com os parâmetros utilizados.

Deverá conter ainda a descrição (A serviço da SMU) nas costas em cor discrepante a do uniforme, a fim de informar claramente a relação de prestação de serviço entre a empresa e o órgão.

#### 6.4.5 - Execução das O.S.'s:

I - Pré-marcação: sob orientação do projeto executivo (OS) o encarregado deverá avaliar todas as definições (alinhamentos, espaçamentos, distâncias, alturas e imprevistos) quanto à implantação de cada poste ou placa garantindo a visibilidade, eficiência e qualidade da sinalização, e principalmente causando o menor impacto possível no trânsito de pedestres e condutores.

II - Fixação: a fixação de placas em postes próprios (PPs) e postes de iluminação (PIs) deverão ser seguidos conforme orientações mostradas nos Item 1º (Desenhos I e II) deste termo, bem como orientações dos manuais de sinalização do CONTRAN.

A fixação dos postes ao solo (calçada) deverá ser feita, de forma pré-avaliativa por parte do encarregado de cada equipe, garantindo assim a preservação de tubulações aterradas.

A concretagem do poste deverá ser feita com traço em volume 1:2:2 (cimento, areia, brita) e acabamento com argamassa de cimento e areia no traço em volume 1:3 ou compatível com o piso da calçada.

#### 6.4.6 - Controle de qualidade:

Os serviços mencionados no item II acima (Execução das O.S.'s) deverão ser avaliados pela fiscalização, que considerará para efeito de medição, apenas as unidades efetivamente implantadas conforme os conceitos estabelecidos neste termo, descartando assim placas e postes soltos, tortos ou posicionados de forma incorreta ou em desacordo com O.S.



#### 6.4.7 - Durabilidade:

Independentemente dos ensaios e inspeções, a durabilidade das peças fornecidas, deverá ser de 05 (cinco) anos. No que diz respeito a deslocamento, quebra, soltura do pavimento, deverá ser de 03 (três) anos, excetuando casos que comprovadamente não forem responsabilidade da CONTRATADA.

#### 6.4.8 - Critérios para medição e pagamento

I - Implantação, incluindo fornecimento: serão medidas e pagas as unidades efetivamente implantadas, conforme **Item 4** deste termo, após a conclusão da Ordem de Serviço.

II - Remoção: serão medidos e pagos os serviços referentes as unidades efetivamente removidas, conforme **Item 4** deste termo, após a conclusão da Ordem de Serviço.

### 6.5 - SEGURANÇA

A CONTRATADA deverá possuir todos os equipamentos de proteção coletiva e individual (EPI e EPC) abaixo listados, a fim de garantir a segurança e o bem-estar dos funcionários e da população, minimizando a possibilidade de acidentes do trabalho, quando em operação.

Deverá também zelar pela **OBRIGATORIEDADE** de utilização por parte de seus funcionários, sendo esta responsabilizada e podendo ser notificada pela CONTRATANTE no caso de descumprimento.

A fiscalização deverá cobrar sistematicamente a utilização dos equipamentos.

- EPC - Equipamento de proteção coletiva: a equipe de serviço deverá ter condições de garantir a sinalização de segurança nos locais de trabalho, quando em operação, através de dispositivos de sinalização como:

- Mínimo de 20 (vinte) cones de sinalização, novos ou em boas condições (avaliação da fiscalização), conforme norma ABNT 15071, por equipe;

- EPI - **Equipamento de proteção individual:** a CONTRATADA deverá exigir a utilização dos equipamentos básicos de proteção individual por todos os funcionários da equipe, a fim de garantir a integridade física de seus integrantes, através dos EPIs abaixo descritos:

- Óculos de segurança;
- Protetor auditivo tipo concha (quando utilizar martelo rompedor e/ou gerador);
- Luva de proteção em vaqueta, cano curto;
- Conjunto talabarte e cinto de segurança (serviço executado em alturas acima de 3 (três) metros.
- Botina de segurança.

**Nota <sup>(5)</sup>:** As quantidades de EPCs e Sinalização de alerta indicadas acima, referem-se ao mínimo necessário que cada equipe deverá possuir para cada demanda de serviço a ser prestado.

**Nota <sup>(6)</sup>:** Todos os equipamentos acima deverão possuir certificados de aprovação (CAs) em vigência e devidamente aprovados pelo Ministério do Trabalho.

A fiscalização deverá cobrar dos encarregados a utilização dos EPIs pelos funcionários da CONTRATADA.

### 6.6 - HABILITAÇÃO

#### 6.6.1. - Documentos relativos à qualificação técnica:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

I - Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

“Art. 30.

*I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente; ”*

## II - CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

a) Declaração da licitante quanto a disposição de equipamento, instalações, pessoal técnico e condições adequadas, e disponíveis para a execução dos serviços objeto desta licitação, devendo ser indicado apenas o equipamento mínimo a seguir relacionado:

a.1 - 01 (um) caminhão, conforme subitem **6.4.3** deste termo.

a.2 - 01 (uma) caminhonete, para fiscalização, conforme subitem **6.10** deste termo.

b) Comprovação através de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, assinado por órgão ou entidade contratante e devidamente autenticado, relativos aos serviços descritos no objeto deste termo. Deverão constar no atestado ou soma dos atestados, o atendimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos itens abaixo:

- Implantação de placas (subitem I-2.1 do item **4.1** deste Termo) exclusivamente de sinalização viária (regulamentação, advertência, serviço, informação e ou indicativa), com seus devidos suportes dentro das regras definidas pelo Contran (de acordo com os manuais de sinalização do CONTRAN).

## III - CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

a) Demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir em seu quadro permanente, até a data prevista para entrega da proposta, Engenheiro(s) civil ou Arquitetos, detentor(es) de Certidões ou Atestado de Responsabilidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhada de Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA ou CAU, por execução de obras de características semelhantes às do objeto do Edital, devendo juntar a comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(s), mediante contrato de prestação de serviços ou outro instrumento contratual que demonstrem a identificação profissional. Quando se tratar de sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma.

“Art. 30

*II-comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:*



*I-capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;”*

#### IV - LAUDO TÉCNICO (PELICULA RETROREFLETIVA)

- a) No que tange o item referente ao sinal impresso digital, a CONTRATADA deverá apresentar Laudo técnico (película) conclusivo de acordo com os padrões estabelecidos da Norma ABNT NBR 14.644/2013 para as películas retrorrefletivas em que foram confeccionados os sinais impressos, este laudo deverá estar devidamente atualizado dentro do prazo máximo de 180 dias e deverá ter sido emitido por entidade idônea acreditada pelo INMETRO, devendo ter a indicação da marca e da quantidade dos materiais analisados.

##### 6.6.2 - Visita técnica

- a) Caso julguem necessário, as empresas interessadas poderão agendar a Visita Técnica, por meio do telefone de contato (32) 3690-7258 / (32) 3690-7568 que será realizada de 09:00 às 12:00 ou de 14:00 às 18:00, com até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura das propostas.
- b) As empresas deverão apresentar, **obrigatoriamente**, na fase de “Habilitação” Declaração que afirme assumir quaisquer responsabilidades quanto ao layout, características e ou peculiaridades típicas do município que possam interferir na operacionalização das atividades.

#### 6.7 - PROJETOS DE SINALIZAÇÃO (OSs)

O órgão CONTRATANTE deverá elaborar e emitir, projetos de sinalização (O.S.'s), contendo informações básicas e específicas, bem como quantidade de sinalização vertical previsto, de modo que possa viabilizar, por parte da CONTRATADA, o cumprimento das quantidades mensais indicadas no cronograma.

Os serviços também poderão ser executados sem a adoção de projetos, desde que sob orientação de um responsável técnico indicado pelo órgão, que será responsável pela condução das atividades a serem desempenhadas.

Caberá à fiscalização conduzir os casos onde haja a necessidade de modificações do projeto original.

Caberá ao órgão a responsabilidade de disponibilizar, ordens de serviço e/ou projetos, evitando a ociosidade das equipes CONTRATADAS.

Todos os projetos e ordens de serviço repassadas às equipes deverão ser devidamente recebidos e documentados por recibo ou assinatura digital, a fim de resguardar contratualmente as partes.

Cada local (via), com ou sem projeto de sinalização e/ou ordem de serviço, deverá possuir um boletim de medição, contendo:

##### I - Boletim de sinalização vertical

- N° do projeto de sinalização e/ou ordem de serviço;
- Nome do bairro;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- Nome das vias executadas;
- Quantidades de postes e placas implantadas, removidas ou substituídas, por via;
- Encarregado responsável pelo serviço executado.

## II - Protocolos operacionais obrigatórios

O órgão CONTRATANTE definirá metas e diretrizes mínimas a serem cumpridas a fim de assegurar que a CONTRATADA não se mantenha ociosa.

Sempre que possível, os empenhos deverão ser agendados em prazo hábil, a fim de possibilitar que a população seja comunicada quanto a restrições de utilização das vias, bem como readequações de suas características transitórias em tempo hábil.

A CONTRATADA não poderá iniciar as atividades em outro local (via) sem a conclusão do serviço realizado na via atual, salvo em casos onde a conclusão independa de seus esforços ou esteja além de sua competência.

A CONTRATANTE não poderá solicitar o início das atividades da CONTRATADA em outro local (via), sem a conclusão do serviço realizado na via atual, salvo em casos onde a conclusão independa de seus esforços ou esteja além de sua competência.

Os quantitativos previstos nos cronogramas físicos são baseados em projetos básicos e médias de medições anteriores, podendo sofrer alterações em suas quantidades.

A CONTRATADA deverá de forma imprescindível, executar primeiramente os serviços indicados pela CONTRATANTE, podendo somente após sua conclusão, executar serviços não previstos no mesmo.

A CONTRATADA poderá exigir a reparação ou restituição de valores, devidamente comprovados, por alegação de perda de produção, caso haja descumprimento dos parágrafos 1º e 4º, deste subitem.

## 6.8 - CRONOGRAMAS FÍSICOS

Segue abaixo quadro com as previsões a serem alcançadas.

**Quadro II - Sinalização vertical**

Meses	PPs		Placas		Valores
	Impl.	Rem.	Impl. (m²)	Rem. (un)	
1º Mês	100	56	75,00	50	
2º Mês	100	56	75,00	50	
3º Mês	100	56	75,00	50	
4º Mês	100	56	75,00	50	
5º Mês	100	56	75,00	50	
6º Mês	100	56	75,00	50	
7º Mês	100	56	75,00	50	
8º Mês	100	56	75,00	50	
9º Mês	100	56	75,00	50	
10º Mês	100	56	75,00	50	
11º Mês	100	56	75,00	50	
12º Mês	100	56	75,00	50	
<b>Total</b>	<b>1.200</b>	<b>672</b>	<b>900</b>	<b>600</b>	



## 6.9 - FISCALIZAÇÃO

O órgão CONTRATANTE deverá indicar um técnico responsável pela fiscalização de todas as atividades, que também será responsável pela vistorias materiais e produtos utilizados, bem como maquinários e equipes de serviço, além de todas as exigências técnicas e básicas previstas neste termo.

O funcionário a ser indicado para fiscalização deverá obrigatoriamente, possuir cargo efetivo, conforme **Instrução Normativa nº 54, de 15 de julho de 2021 - MANUAL DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DEPARTAMENTO DE NORMAS TÉCNICAS (2019), alterada pela Instrução Normativa nº 60 - ANEXO I**, do Termo de Referência, bem como conhecimento adequado devidamente habilitado para a função.

### 6.9.1 - Controle do serviço

A fiscalização tem o dever de informar imediatamente quaisquer irregularidades, ações indevidas por parte das equipes ou imprevistos do serviço, ao responsável competente pela contratação.

A fiscalização tem autoridade para interromper as atividades, por período indefinido, no caso de irregularidades por parte da equipe previstos neste termo e/ou por quaisquer imprevistos que possam comprometer as atividades ou colocar em risco qualquer funcionário, condutor ou pedestre.

A fiscalização deverá verificar todas as medições diárias realizadas pela CONTRATADA, repassando-as ao responsável competente para cadastro.

O responsável competente poderá a qualquer momento solicitar a conferência de cada e/ou todos os boletins emitidos pela CONTRATADA.

Os boletins diários de serviço deverão ser entregues até 24 horas após a execução dos serviços realizados.

O encarregado deverá autenticar todos os boletins diários de serviço. Caso contrário, deverá justificar sua desconformidade, detalhando as razões que a ele assistem, num prazo de 15 (quinze) dias hábeis administrativos. Após período suas observações ficarão sem efeito, perdendo todo direito a reclamações posteriores.

#### c) Boletim de serviço

O encarregado da equipe deverá, após a conclusão das atividades de cada empenho, emitir um boletim serviço (**Anexo III(TR)**) referente ao trabalho executado e repassá-los via E-MAIL.

Quaisquer irregularidades, problemas, restrições ou situações adversas, deverão ser mencionadas nos boletins diários, pelo encarregado e/ou pela fiscalização a fim de serem cadastrados.

Os boletins de serviço deverão possuir parâmetros conforme **Anexo III(TR)**, referentes aos serviços de sinalização vertical.

#### d) Relatório trimestral (OBRIGATÓRIO) - **Anexo IV(TR)**

O representante (FISCAL) do contrato deverá apresentar trimestralmente e anexar de forma obrigatória o Relatório Trimestral de Gestão e Demonstrativo Financeiro, devidamente preenchido e assinado pelo fiscal e pelo Gestor legal do contrato.

O relatório deverá conter todas as informações solicitadas no formulário.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

O relatório deverá ser apresentado após 03 (três) meses depois da expedição da Ordem de Início das atividades, de forma sequencial a cada 03 (três) meses (total de 4 relatórios durante a vigência normal do contrato - 12 meses).

No caso de prorrogação de tempo, deverá ser elaborado, apresentado e anexado ao processo um único relatório extra, referente ao período de prorrogação.

Os relatórios deverão possuir um prazo máximo de 15 dias após o vencimento da data de apresentação, sendo devidamente justificado o motivo do atraso.

#### 6.10 - OBRIGAÇÕES:

a) A CONTRATADA deverá disponibilizar, para fiscalização, um veículo tipo caminhonete, potência mínima 1.600 cilindradas, cabine dupla, até 1 (uma) tonelada, ano/modelo 2021 (mínimo), com seguro total, sem motorista e com todos os custos de abastecimento, troca de óleo e manutenções periódicas preventivas.

b) O consumo de combustível deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA, com limite mensal de 200 litros. O veículo deverá atender média de consumo mínima de 7km/l.

c) A CONTRATADA deverá indicar o posto de abastecimento, onde o veículo deverá ser abastecido, ficando a cargo da CONTRATADA, a quitação dos débitos.

#### 6.11 - NOTIFICAÇÕES, ADVERTÊNCIAS E MULTAS:

##### 6.11.1 - Notificação:

d) A CONTRATADA deverá ser notificada, sempre que o FISCAL verificar irregularidades em quaisquer situações referentes a materiais, pessoal, equipamentos, veículos e/ou, procedimentos técnicos, descritos no Termo de Referência, bem como quaisquer ações incompatíveis com a boa conduta por parte da empresa. A CONTRATADA também poderá ser notificada em casos de desrespeito ou desacatamento de ordens diretas do responsável pela fiscalização da CONTRATANTE. As medidas a serem adotadas deverão estar

e) O documento de notificação deverá conter:

- N° da notificação;
- Data da ocorrência;
- Nome do responsável pela ocorrência (CONTRATADA);
- Descrição da ocorrência;
- Citação do item no Termo de Referência, base da ocorrência;
- Prazo de adequação da irregularidade;
- Anexo fotográfico (opcional);
- Assinatura do fiscal responsável;

f) As notificações deverão obrigatoriamente ser formalizadas pelo FISCAL (assinatura) em documento tipo **Ofício** e entregue à CONTRATADA, com cópia anexada ao processo, com recebimento devidamente assinado pelo representante da empresa.

##### 6.11.2 - Advertência:

c) As advertências deverão ser emitidas após o *descumprimento da Notificação*, que será utilizada como base da advertência. Também deverão obrigatoriamente ser formalizadas pelo Fiscal (assinatura) e confirmada pelo Gestor (assinatura), em documento tipo **Ofício** e entregue à CONTRATADA, com cópia anexada ao processo, com recebimento devidamente assinado pelo representante da empresa.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

d) O documento de advertência deverá conter:

- Referência ao documento de notificação (base para justificativa de advertência);
- Anexo do documento de notificação (base para justificativa de advertência);
- Assinatura do Fiscal responsável;
- Assinatura do Gestor responsável;

#### 6.11.3 - Multa

a) Após o descumprimento de qualquer **advertência**, a CONTRATANTE poderá solicitar ao jurídico, através de documento tipo memorando, o pedido de penalidade administrativa, das quais se destacam:

b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;

c) Multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;

d) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos.

#### 6.12 - Garantia de execução:

6.16.1 - A contratada, para fins de garantia de suas obrigações contratuais, no que tange aos serviços constantes do Edital, se obriga a apresentar, até a data definida para assinatura da Ordem de Execução do Serviço, garantia de execução no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.

Esta garantia deverá vigorar até a aceitação definitiva do serviço, observadas as disposições do art. 56, da Lei Federal n.º 8.666/93. Quando o Contrato for alterado, ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.

6.16.2 - Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

6.16.3 - O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

6.16.4 - Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.

6.16.4.1 - Se a opção recair por Fiança Bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

6.16.5 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída em conformidade com a Lei nº 8.666/93, em seu art. 56, §4º.

6.16.6 - Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou se for necessário:

c) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

d) Utilizada pelo Município para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros, etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

6.16.7 - A Contratada perderá a “caução de garantia do contrato” em favor do Município de Juiz de Fora, se por culpa da mesma for promovida rescisão contratual.

**7 - DAS RETENÇÕES:**

**7.1 - PREVIDENCIÁRIAS:**

7.1.1 - A Secretaria efetuará as retenções previdenciárias tendo como base o disposto no “Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas”.

7.1.2 - Quando se tratar de contribuinte individual deverão ser seguidas as disposições do “Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Contribuintes Individuais”.

7.1.3 - Se tratando de serviços prestados por cooperados se observará o disposto no “Manual de Contribuição e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Cooperados por Intermédio de Cooperativas de Trabalho”.

**7.2 - DE IRRF**

A incidência da retenção de IRRF será feita em conformidade com o disposto no “Manual de Orientação Sobre Retenção do Imposto de Renda na Fonte.

**7.3 - DE ISSQN**

O ISSQN, se devido, será recolhido na forma de Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354 de 17/12/2002 e da Lei nº 10.630 de 30/12/2003, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da Contratada.

**8 - RECURSO ORÇAMENTÁRIO E PREVISÃO FINANCEIRA:**

**8.1** - As despesas com os serviços em questão correrão à conta da dotação orçamentária: **141100 - 26782001421970000 - 339039 - 0157000000**, mediante a devida previsão financeira.

**9 - DA ENTREGA:**

**9.1** - O serviço contratado deverá ser iniciado após Ordem de Serviço devidamente autorizada pelo Setor Técnico da SMU.

**9.2** - O responsável competente para autorizar, conferir e fiscalizar o serviço contratado será o Subsecretário Operacional de Transporte e Trânsito da SMU, salvo quando se tratar de materiais e/ou equipamentos solicitado por outras supervisões, observado os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

**9.3** - É imprescindível que todos os materiais necessários para execução do serviço acompanhem “Certificados de Análise do Produto”, assinados por responsáveis da área química, e ainda, apresentem selos de qualidade na embalagem para a garantia do produto;

**9.4** - A exclusivo critério do órgão CONTRATANTE, a cada entrega, poderá ser solicitado ensaio em laboratório indicado pela CONTRATANTE, com despesas e custos a serem pagos pela CONTRATADA, em laboratório devidamente homologado pelo INMETRO;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**9.5** - Os materiais, veículos, equipamentos, ferramentas e pessoal utilizados para execução do serviço, poderão ser inspecionados em qualquer fase e/ou momento durante a operação, sendo rejeitados ou impedidos aqueles que não estiverem de acordo com o Termo de Referência.

**9.6** - Devem ser rejeitados os materiais que não atenderem os subitens **6.4.2** deste documento.

**9.7** - A SMU reserva-se o direito de não aceitar a utilização de materiais em desacordo com o previsto no Termo de Referência.

<b>10 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RESCISÃO:</b>
--

**10.1** - Quanto ao material utilizado e os serviços executados pela CONTRATADA, deverão, dentre outros critérios a ser averiguado, o seguinte:

**10.1.1** - A fiel observância das especificações constantes deste Edital e do Termo de Referência.

**10.2** - Constatados quaisquer problemas nos materiais utilizados e/ou nos serviços executados, estes, serão rejeitados.

**10.2.1** - Constatadas deformidades com os parâmetros adotados no Termo de Referência, a SMU, poderá suspender as atividades da empresa, por período indefinido, até que a CONTRATADA, regularize todas as irregularidades apontadas.

**10.2.2** - Não serão pagos os serviços que estiverem em desacordo com o especificado no **item 5.5** deste Termo de Referência.

**10.3** - A contratação poderá ser rescindida:

I. Por ato unilateral e escrito da SMU, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**10.4** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**10.5** - Ocorrendo a rescisão da contratação e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, a SMU responderá pelo valor devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela CONTRATADA, ou dos produtos entregues, até a data da rescisão.

**11.** Integram ainda o Termo de Referência os seguintes anexos:

Anexo I(TR): Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos/Controladoria Geral do Município. *(em arquivo anexo)*

Anexo II(TR): Placas de Regulamentação, Advertência, Serviço ou Informação *(em arquivo anexo)*

Anexo III(TR): Relatório de Medição *(em arquivo anexo)*

Anexo IV(TR): Relatório Trimestral de Gestão e Demonstrativo Financeiro *(em arquivo anexo)*



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 350/2022 - SMU**  
**Processo Eletrônico nº 21.121/2022**

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM ..... E A

*(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)*

O (a) ....., neste ato representado por seu(ua) ....., Sr(a). ....., brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº ....., portador da CI nº ..... doravante denominado ....., com a interveniência da ..... de ....., neste ato representada por seu(ua) .....(a) Sr(a). ....., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº ....., portador da CI nº .....e Secretária ....., neste ato representada por seu ..... Sr. ....., brasileiro, inscrito no CPF nº ....., portador da CI nº ....., doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária ..... estabelecida à rua ..... nº ....., CNPJ nº ....., pelo seu representante infra-assinado Sr. ....., CPF nº ....., RG nº ..... doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 350/2022**, conforme consta do **processo** administrativo eletrônico nº **21.121/2022**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** É objeto deste instrumento **a prestação de serviço especializado de implantação de sinalização vertical (placas regulamentação, advertência, serviço e informação), incluindo materiais**, conforme especificações do edital e anexos do **Pregão Eletrônico nº 350/2022**, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

**1.2.** Integram ainda este Contrato, como se nele estivessem transcritos, além da proposta da contratada, as especificações que integram o Anexo I - Termo de Referência - do Edital, que vinculam a contratada, em especial:

**a)** Especificações Técnicas – **item 6** do Anexo I - Termo de Referência

- 6.1. Objetivo
- 6.2. Definições
- 6.3. Diretrizes Gerais
- 6.4. Serviços de Sinalização Vertical
- 6.5. Segurança
- 6.7. Projetos de Sinalização (OSs)
- 6.8. Cronogramas Físicos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**2.1.** O presente contrato tem o valor global de R\$ ..... (.....) conforme proposta apresentada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Item	Especificações	Unid.	Quant	V Unit.	Vr Total
I-1.1	Fornecimento e implantação de POSTE PRÓPRIO 2" (PP) até 4,00m, inclui acabamento do piso de acordo com o local, com tampão plástico, conforme Termo de Referência	un	1.200		
I-1.2	Remoção de POSTE PRÓPRIO 2" (PP) até 4,00m, inclui devolução em local especificado pela contratante e acabamento do piso de acordo com o local, conforme Termo de Referência	un	672		
I-2.1	Fornecimento e implantação de placa de sinalização, tipo REGULAMENTAÇÃO, ADVERTÊNCIA, SERVIÇO ou INFORMAÇÃO, em material ACM - Chapas de Alumínio Composto, com fixação em PP ou PI existentes no local, conforme Termo de Referência.	M <sup>2</sup>	900		
I-2.2	Remoção de placa de sinalização, tipo REGULAMENTAÇÃO, ADVERTÊNCIA, SERVIÇO ou INFORMAÇÃO, inclui devolução em local especificado pela contratante, conforme Termo de Referência	un	600		

**2.2.** Estão inclusos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

**2.3.** O pagamento será em até 30 (trinta) dias e efetuado pela Unidade Requisitante, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta, em que deverá ser efetivado o crédito:

**BANCO:** ..... **AGÊNCIA:** ..... **CONTA CORRENTE:** ..... **LOCALIDADE:** .....

**2.4.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

**2.4.1.** No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **2.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

**2.4.2.** A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

**2.4.3.** Quando ocorrer a situação prevista no item **2.4.2**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

**2.4.4.** Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

**2.5.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

**2.5.1.** Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

**2.6.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**2.7.** O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**2.8.** No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

**2.9.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

## **2.10. Das Retenções**

### **2.10.1. Previdenciárias:**

**2.10.1.** A Secretaria efetuará as retenções previdenciárias tendo como base o disposto no “Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas”.

**2.10.2.** Quando se tratar de contribuinte individual deverão ser seguidas as disposições do “Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Contribuintes Individuais”.

**2.10.3.** Se tratando de serviços prestados por cooperados se observará o disposto no “Manual de Contribuição e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Cooperados por Intermédio de Cooperativas de Trabalho”.

### **2.10.2. DE IRRF**

A incidência da retenção de IRRF será feita em conformidade com o disposto no “Manual de Orientação Sobre Retenção do Imposto de Renda na Fonte.

### **2.10.3. DE ISSQN**

O ISSQN, se devido, será recolhido na forma de Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354 de 17/12/2002 e da Lei nº 10.630 de 30/12/2003, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da Contratada.

## **2.11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.11.1.** Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o MUNICÍPIO utilizará os recursos do Fundo Municipal de Trânsito, com a seguinte dotação orçamentária:

<b>141100 - 26782001421970000 - 339039 - 0157000000</b>
---

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO, PRAZO E GARANTIA**

**3.1.** O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**3.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.





**3.3.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

**3.4.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do mesmo.

### **3.5. Do reajuste do contrato:**

**3.5.1.** O reajuste de preços deverá ser solicitado pela CONTRATADA, anualmente, com 30 dias de antecedência, sendo baseado nos preços unitários contratados de acordo com o *Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE - “Decreto nº 8.542, de 09 de maio de 2005 Regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e dá outras providências”*.

**3.5.1.1.** O valor do contrato poderá ser corrigido mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005, ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada. Os montantes dos pagamentos serão reajustados, anualmente, na forma da lei, com a aplicação da fórmula de reajuste.

**3.5.1.2.** A fórmula a ser adotada para o reajuste dos valores ajustados neste termo encontra-se estabelecida no Decreto Municipal nº 8.542/2005, onde:  $R = V * [(I/I_0) - 1]$ , em que:

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I<sub>0</sub>= Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para a entrega da proposta de licitação;

I= Índice relativo à data do reajuste.

**3.5.2.** O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

**3.5.3.** As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

### **3.6. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**3.6.1.** A contratada, para fins de garantia de suas obrigações contratuais, no que tange aos serviços constantes do Edital, se obriga a apresentar, até a data definida para assinatura da Ordem de Execução do Serviço, garantia de execução no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.

Esta garantia deverá vigorar até a aceitação definitiva do serviço, observadas as disposições do art. 56, da Lei Federal n.º 8.666/93. Quando o Contrato for alterado, ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.

**3.6.2.** Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

**3.6.3.** O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

**3.6.4.** Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.



**3.6.4.1.** Se a opção recair por Fiança Bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

**3.6.5.** A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída em conformidade com a Lei nº 8.666/93, em seu art. 56, §4º.

**3.6.6.** Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou se for necessário:

a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas;

b) Utilizada pelo Município para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros, etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

**3.6.7.** A Contratada perderá a “caução de garantia do contrato” em favor do Município de Juiz de Fora, se por culpa da mesma for promovida rescisão contratual.

**3.7. A contratação poderá ser rescindida:**

I. Por ato unilateral e escrito da SMU, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**3.7.1.** Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**3.7.2.** Ocorrendo a rescisão da contratação e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, a SMU responderá pelo valor devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela CONTRATADA, ou dos produtos entregues, até a data da rescisão.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ENTREGA**

**4.1.** Quanto ao material utilizado e os serviços executados pela CONTRATADA, deverão, dentre outros critérios ser averiguado, o seguinte:

**4.1.1.** A fiel observância das especificações constantes do Contrato, Edital e Termo de Referência.

**4.2.** Constatados quaisquer problemas nos materiais utilizados e/ou nos serviços executados, estes, serão rejeitados.

**4.2.1.** Constatadas deformidades com os parâmetros adotados no Termo de Referência, a SMU, poderá suspender as atividades da empresa, por período indefinido, até que a CONTRATADA, regularize todas as irregularidades apontadas.

**4.2.2.** Não serão pagos os serviços que estiverem em desacordo com o contrato, edital ou Termo de Referência.

**4.3.** O serviço contratado deverá ser iniciado após Ordem de Serviço devidamente autorizada pelo Setor Técnico da SMU.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**4.4.** O responsável competente para autorizar, conferir e fiscalizar o serviço contratado será o Subsecretário Operacional de Transporte e Trânsito da SMU, salvo quando se tratar de materiais e/ou equipamentos solicitado por outras supervisões, observado os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

**4.5.** É imprescindível que todos os materiais necessários para execução do serviço acompanhem “Certificados de Análise do Produto”, assinados por responsáveis da área química, e ainda, apresentem selos de qualidade na embalagem para a garantia do produto.

**4.6.** A exclusivo critério do órgão CONTRATANTE, a cada entrega, poderá ser solicitado ensaio em laboratório indicado pela CONTRATANTE, com despesas e custos a serem pagos pela CONTRATADA, em laboratório devidamente homologado pelo INMETRO.

**4.7.** Os materiais, veículos, equipamentos, ferramentas e pessoal utilizados para execução do serviço, poderão ser inspecionados em qualquer fase e/ou momento durante a operação, sendo rejeitados ou impedidos aqueles que não estiverem de acordo com o exigido.

**4.8.** Devem ser rejeitados os materiais que não atenderem ao especificado no Termo de Referência.

**4.9.** A SMU reserva-se o direito de não aceitar a utilização de materiais em desacordo com o previsto no Termo de Referência.

**4.10. Laudo Técnico (Película Retrorefletiva)**

**4.10.1.** No que tange o item referente ao sinal impresso digital, a CONTRATADA deverá apresentar Laudo técnico (película) conclusivo de acordo com os padrões estabelecidos da Norma ABNT NBR 14.644/2013 para as películas retrorrefletivas em que gozam confeccionados os sinais impressos, este laudo deverá estar devidamente atualizado dentro do prazo máximo de 180 dias e deverá ter sido emitido por entidade idônea acreditada pelo INMETRO, devendo ter a indicação da marca e da quantidade dos materiais analisados.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES**

**5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1.1.** Prestar/fornecer de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado, os serviços/materiais objeto do contrato, segundo as necessidades e requisições da Unidade Requisitante.

**5.1.1.1.** Fornecer, sob sua inteira responsabilidade, toda a mão de obra e materiais necessários a fiel e perfeita execução do objeto contratado, utilizando na execução dos serviços somente profissionais qualificados, treinados e capacitados.

**5.1.1.2.** Trabalhar com matéria prima e acabamento de alta qualidade para que seja possível em determinadas situações, produzir materiais com maior sofisticação.

**5.1.2.** Prestar o serviço/ fornecer o material especificado de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas.

**5.1.3.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços/materiais, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

**5.1.4.** Substituir, de imediato, às suas expensas, os serviços/materiais que não se adequarem às especificações exigidas.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**5.1.5.** Prestar o serviço/fornecer o material no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**5.1.6.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado ou material fornecido, reservando a Unidade Requisitante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**5.1.7.** Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**5.1.8.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da prestação do serviço ou fornecimento dos materiais, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**5.1.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais/serviços nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados ou que não se adequem às especificações.

**5.1.10.** Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir o Município de quaisquer ônus e responsabilidades.

**5.1.11.** Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços objeto da contratação pela Unidade Requisitante, durante e sua execução.

**5.1.12.** Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos.

**5.1.13.** Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar ao Município ou a terceiros, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do Município, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da contratada;
- b) medida judicial apropriada, a critério da Unidade Requisitante.

**5.1.14.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado.

**5.1.15.** A CONTRATADA deverá disponibilizar, para fiscalização, um veículo tipo caminhonete, potência mínima 1.600 cilindradas, cabine dupla, até 1 (uma) tonelada, ano/modelo 2021 (mínimo), com seguro total, sem motorista e com todos os custos de abastecimento, troca de óleo e manutenções periódicas preventivas.

**5.1.16.** O consumo de combustível deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA, com limite mensal de 200 litros. O veículo deverá atender média de consumo mínima de 7km/l.

**5.1.17.** A CONTRATADA deverá indicar o posto de abastecimento, onde o veículo deverá ser abastecido, ficando a cargo da CONTRATADA, a quitação dos débitos.

## **5.2. DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE REQUISITANTE:**

**5.2.1.** Requisitar, por meio do setor designado, a prestação dos serviços ou o fornecimento de materiais, conforme as necessidades da Unidade Requisitante, por meio da respectiva requisição com autorização do



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

gestor da SMU e servidor designado para a fiscalização da execução, que atestará a prestação ou fornecimento gradual do serviço/material.

**5.2.2.** Conferir o serviço prestado e o material fornecido, embora a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto nas condições especificadas.

**5.2.2.1.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados/materiais entregues em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor.

**5.2.3.** Proporcionar condições à contratada para que possa prestar o serviço ou fornecer o material dentro das normas estabelecidas.

**5.2.4.** Comunicar à contratada qualquer irregularidade no serviço prestado ou material fornecido e interrompê-lo imediatamente, se for o caso.

**5.2.5.** Solicitar a correção do serviço executado ou troca do material entregue que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo responsável da fiscalização.

**5.2.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

**5.2.7.** Impedir que terceiros executem o objeto contratado.

**5.2.8.** Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências edilícias.

**5.2.9.** Efetuar o pagamento a contratada nas condições e preços pactuados, por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

**5.2.10.** Assegurar livre acesso ao pessoal da contratada, devidamente identificado, ao local de entrega dos objetos/serviços, dentro do horário de expediente normal, a ser determinado para o recebimento.

**5.2.11.** Habilitar junto à Contratada, servidores autorizados a emitir requisições de fornecimento ou ordens de serviço, fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela contratada.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES, NOTIFICAÇÕES, ADVERTÊNCIAS E MULTAS**

**6.1.** Os casos de inexecução do objeto deste **edital**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**6.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**6.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.



**6.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**6.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **6.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

**6.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **6.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**6.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**6.6.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**6.7.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

**6.8.** A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## **6.9. DAS NOTIFICAÇÕES, ADVERTÊNCIAS E MULTAS:**

### **6.9.1. Notificação:**

a) A CONTRATADA deverá ser notificada, sempre que o FISCAL verificar irregularidades em quaisquer situações referentes a materiais, pessoal, equipamentos, veículos e/ou, procedimentos técnicos, descritos no Termo de Referência, bem como quaisquer ações incompatíveis com a boa conduta por parte da empresa. A CONTRATADA também poderá ser notificada em casos de desrespeito ou desacatamento de ordens diretas do responsável pela fiscalização da CONTRATANTE. As medidas a serem adotadas deverão estar

b) O documento de notificação deverá conter:

- Nº da notificação;
- Data da ocorrência;
- Nome do responsável pela ocorrência (CONTRATADA);
- Descrição da ocorrência;
- Citação do item no Termo de Referência, base da ocorrência;
- Prazo de adequação da irregularidade;
- Anexo fotográfico (opcional);
- Assinatura do fiscal responsável;



c) As notificações deverão obrigatoriamente ser formalizadas pelo FISCAL (assinatura) em documento tipo **Ofício** e entregue à CONTRATADA, com cópia anexada ao processo, com recebimento devidamente assinado pelo representante da empresa.

#### 6.9.2. Advertência:

a) As advertências deverão ser emitidas após o *descumprimento da Notificação*, que será utilizada como base da advertência. Também deverão obrigatoriamente ser formalizadas pelo Fiscal (assinatura) e confirmada pelo Gestor (assinatura), em documento tipo **Ofício** e entregue à CONTRATADA, com cópia anexada ao processo, com recebimento devidamente assinado pelo representante da empresa.

b) O documento de advertência deverá conter:

- Referência ao documento de notificação (base para justificativa de advertência);
- Anexo do documento de notificação (base para justificativa de advertência);
- Assinatura do Fiscal responsável;
- Assinatura do Gestor responsável;

#### 6.9.3. Multa

a) Após o descumprimento de qualquer **advertência**, a CONTRATANTE poderá solicitar ao jurídico, através de documento tipo memorando, o pedido de penalidade administrativa, das quais destacam as elencadas no **item 6.1**.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

**7.1.** O órgão CONTRATANTE deverá indicar um técnico responsável pela fiscalização de todas as atividades, que também será responsável pela vistoriados materiais e produtos utilizados, bem como maquinários e equipes de serviço, além de todas as exigências técnicas e básicas previstas neste termo.

**7.2.** O funcionário a ser indicado para fiscalização deverá obrigatoriamente, possuir cargo efetivo, conforme **Instrução Normativa nº 54, de 15 de julho de 2021 - MANUAL DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DEPARTAMENTO DE NORMAS TÉCNICAS (2019)**, alterada pela **Instrução Normativa nº 60 - Anexo I** do Termo de Referência, bem como conhecimento adequado devidamente habilitado para a função.

#### 7.3. Controle do serviço

A fiscalização tem o dever de informar imediatamente quaisquer irregularidades, ações indevidas por parte das equipes ou imprevistos do serviço, ao responsável competente pela contratação.

A fiscalização tem autoridade para interromper as atividades, por período indefinido, no caso de irregularidades por parte da equipe previstos neste termo e/ou por quaisquer imprevistos que possam comprometer as atividades ou colocar em risco qualquer funcionário, condutor ou pedestre.

A fiscalização deverá verificar todas as medições diárias realizadas pela CONTRATADA, repassando-as ao responsável competente para cadastro.

O responsável competente poderá a qualquer momento solicitar a conferência de cada e/ou todos os boletins emitidos pela CONTRATADA.

Os boletins diários de serviço deverão ser entregues até 24 horas após a execução dos serviços realizados.





**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

O encarregado deverá autenticar todos os boletins diários de serviço. Caso contrário, deverá justificar sua desconformidade, detalhando as razões que a ele assistem, num prazo de 15 (quinze) dias hábeis administrativos. Após período suas observações ficarão sem efeito, perdendo todo direito a reclamações posteriores.

**e) Boletim de serviço**

O encarregado da equipe deverá, após a conclusão das atividades de cada empenho, emitir um boletim serviço (**Anexo III(TR)**) referente ao trabalho executado e repassá-los via E-MAIL.

Quaisquer irregularidades, problemas, restrições ou situações adversas, deverão ser mencionadas nos boletins diários, pelo encarregado e/ou pela fiscalização a fim de serem cadastrados.

Os boletins de serviço deverão possuir parâmetros conforme **Anexo III(TR)**, referentes aos serviços de sinalização vertical.

**f) Relatório trimestral (OBRIGATÓRIO) - Anexo IV(TR)**

O representante (FISCAL) do contrato deverá apresentar trimestralmente e anexar de forma obrigatória o Relatório Trimestral de Gestão e Demonstrativo Financeiro, devidamente preenchido e assinado pelo fiscal e pelo Gestor legal do contrato.

O relatório deverá conter todas as informações solicitadas no formulário.

O relatório deverá ser apresentado após 03 (três) meses depois da expedição da Ordem de Início das atividades, de forma sequencial a cada 03 (três) meses (total de 4 relatórios durante a vigência normal do contrato - 12 meses).

No caso de prorrogação de tempo, deverá ser elaborado, apresentado e anexado ao processo um único relatório extra, referente ao período de prorrogação.

Os relatórios deverão possuir um prazo máximo de 15 dias após o vencimento da data de apresentação, sendo devidamente justificado o motivo do atraso.

**CLÁUSULA OITAVA  
DA CESSÃO**

**8.1.** Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.

**8.1.1.** A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretenso cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

**8.2.** A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

**CLÁUSULA NONA  
DAS COMUNICAÇÕES**

**9.1.** As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

**10.1.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, ..... de ..... de 20.....

### GESTOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)

#### EMPRESA

Representante Legal

Cargo

#### Testemunha 1

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_

#### Testemunha 2

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 350/2022 - SMU**  
**Processo Eletrônico nº 21.121/2022**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante Sr.(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob o nº ..... DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como ..... **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 350/2022 - SMU**  
**Processo Eletrônico nº 21.121/2022**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº .....,  
sediada na ....., cidade de ....., estado ....., telefone(s)  
....., e-mail para contato ....., neste ato  
representada pelo(a) Sr(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e  
do CPF nº ....., declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação  
estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 350/2022**, assim como tem pleno conhecimento  
do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 350/2022 - SMU**  
**Processo Eletrônico nº 21.121/2022**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

....., inscrito no CNPJ nº  
....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)  
....., portador da Carteira de Identidade nº  
..... e do CPF nº ....., **DECLARA, sob as penas da Lei, em  
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega  
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (    )

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 350/2022 - SMU**  
**Processo Eletrônico nº 21.121/2022**

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do seu representante o Sr.(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 350/2022 - SMU**  
**Processo Eletrônico nº 21.121/2022**

**ANEXO VII - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

A sociedade (s) empresária (s), ....., com sede na Rua/Av. ...., inscrita no CNPJ sob o nº ....., abaixo assinada por seu representante legal, apresenta e submete à apreciação do Município, nossa proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na sua preparação.

O nosso preço global constante do orçamento do **Pregão Eletrônico nº 350/2022** é de R\$-..... (.....).

Item	Especificações	Unid.	Quant	V Unit.	Vr Total
I-1.1	Fornecimento e implantação de POSTE PRÓPRIO 2" (PP) até 4,00m, inclui acabamento do piso de acordo com o local, com tampão plástico, conforme Termo de Referência	un	1.200		
I-1.2	Remoção de POSTE PRÓPRIO 2" (PP) até 4,00m, inclui devolução em local especificado pela contratante e acabamento do piso de acordo com o local, conforme Termo de Referência	un	672		
I-2.1	Fornecimento e implantação de placa de sinalização, tipo REGULAMENTAÇÃO, ADVERTÊNCIA, SERVIÇO ou INFORMAÇÃO, em material ACM - Chapas de Alumínio Composto“, com fixação em PP ou PI existentes no local, conforme Termo de Referência.	M <sup>2</sup>	900		
I-2.2	Remoção de placa de sinalização, tipo REGULAMENTAÇÃO, ADVERTÊNCIA, SERVIÇO ou INFORMAÇÃO, inclui devolução em local especificado pela contratante, conforme Termo de Referência	un	600		

Declaramos, igualmente, que em nossa proposta estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do **Edital**, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme **Termo de Referência** constante do edital do **Pregão Eletrônico**, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao MUNICÍPIO.

Declaramos ainda, que:

1. Temos pleno conhecimento dos serviços a serem executadas.
2. Recebemos do Município todas as informações necessárias à elaboração da nossa proposta.





**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

3. Estamos cientes dos critérios de medição e pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente.

4. Obrigamos-nos a aceitar o direito do Município de escolher a proposta que lhe for mais vantajosa, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, podendo ela desistir ou anular esta licitação sem que nos caiba o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação pela exclusão ou rejeição de nossa proposta, no todo ou em parte.

5. Obrigamos-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, a contar da data de notificação do Município, bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura.

Reconhecemos o direito do Município de paralisar ou suspender a qualquer tempo, a prestação dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados e a aquisição, pelo preço de custo comprovado, dos materiais por nós adquiridos, existentes no local dos serviços e a eles destinados.

Utilizaremos a equipe técnica e administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade do pessoal, desde que assim o exija a fiscalização do MUNICÍPIO.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.